CAÇA AO TESOURO

CINEMA O resultado do prêmio do BNDES reflete o estado d; produção nacional e possibilita um balanço da política de Uil

POR ANA PAULA SOUSA

A o fim do primeiro mandato do presidente Lula, uma avaliação angaria unanimidade: nunca, no País, o Ministério da Cultura (MinC) teve a existência tão reconhecida. Prova disso é que a possível sucessão de Gilberto Gil, o ministro-cantor que tornou a pasta pop, tem preenchido várias linhas de jornais. Entre os fatores que tornaram o ministério visível enfileiram-se, primeiro, a figura de Gil e, depois, os embates,travados na arena do audiovisual.

É o audiovisual, não por acaso, que segue alimentando polêmicas ao término da (primeira ou única, não se sabe) gestão de Gil. A controvérsia, mais uma vez, teve origem num concurso público destinado a distribuir cifrões para o cinema. O BNDES, seguindo uma política estabelecida em acordo com o MinC, repartiu, na semana passada, 12,8 milhões de reais entre 20 longas-metragens.

O resultado e seus desdobramentos são uma boa chance de se fazer um breve balanço da política de cinema encampada pelo governo Lula, alvo de bombardeios, como no caso da Ancinav, em 2004, e foco de novidades, como o DOC-TV, que bancou documentários exibidos na rede pública de tevê. Que imagens projetou esse ministério?

A lista do BNDES não só reflete o estado atual da produção do País como resume os efeitos da política de editais públicos, norteadores da distribuição de verbas das empresas estatais e alvo recorrente de críticas nos últimos quatro anos.

No caso da escolha do BNDES, a cargo de uma comissão externa ao banco, o que acirrou certos ânimos foi o perfil de alguns dos escolhidos pela comissão. Entre os que receberam l milhão de reais para a produção de filmes estão funcionários da Rede Globo, como Daniel Filho, Guel Arraes, Miguel Falabella e Wolf Maia, e o produtor Diler Trindade, feitor de Xuxas e Didis vários.

A unir esses filmes, uma característica: todos têm contratos firmados com as subsidiárias brasileiras de distribuidoras americanas, como Columbia ou Fox, e apoio quase garantido da Globo-Filmes. Essas empresas, chamadas majors, tornam-se parceiras de títulos brasileiros por meio do Artigo 3° da Lei do Audiovisual, que permite a aplicação de imposto devido em co-produções. Trata-se, portanto, de dinheiro público.

CADÊ O PÚBLICO? *Trair e Coçar ...* foi frustado no desejo de ser *blockbuster*

"Apesar do discurso oficial em contrário, está em curso uma política de concentração, na qual os projetos das grandes distribuidoras estrangeiras, associadas à Globo, recebem ainda mais incentivos", avalia Francisco Martins, presidente da Associação Paulista de Cineastas (Apaci), que tratou do assunto numa reunião com o MinC. Aos diretores de viés mais, digamos, cultural, como Jorge Bodansky ou Roberto Moreira, couberam 400 mil reais.

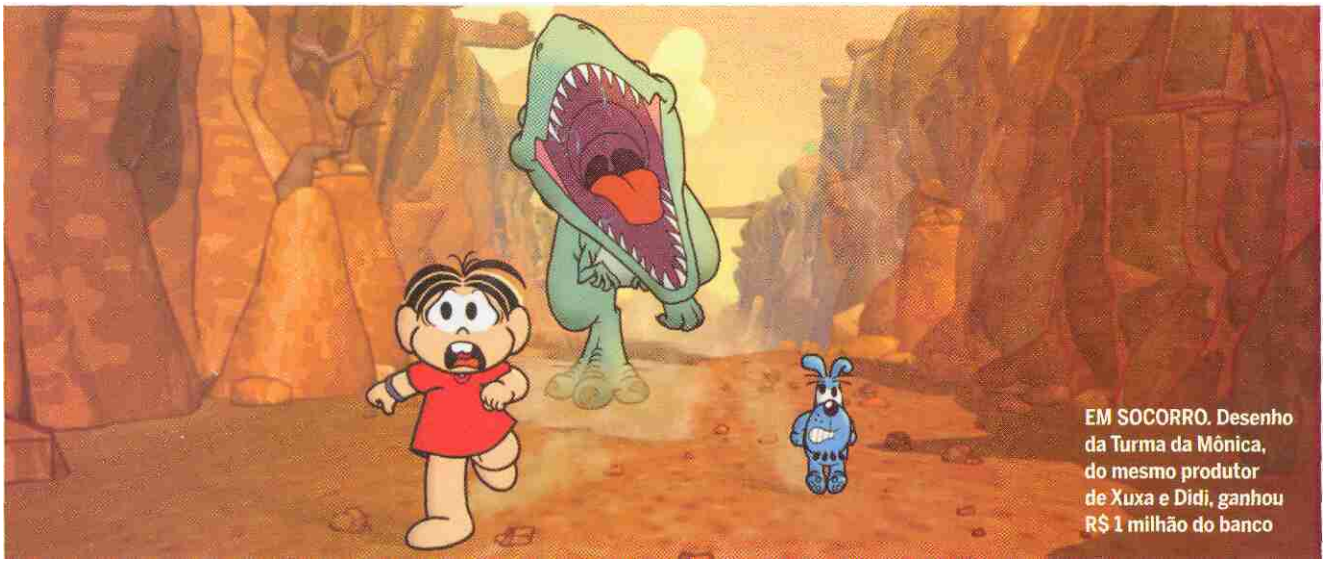
A constatação não aflige o BNDES. Ao contrário. "Já no edital, o banco estabeleceu alguns parâmetros. Pedimos, por exemplo, currículos calcados no desempenho e plano comercial para os filmes", lista Sérgio Sá Leitão, assessor cultural do BNDES. "Num banco de desenvolvimento, nos parece mais adequado direcionar a maior parte dos recursos para projetos que ajudem a estruturar a indústria."

Leitão pontua que o BNDES procurou apostar em filmes com chances de cair nas graças do público. "É a sociedade brasileira que financia esses filmes, então, nada mais justo que ela tenha acesso a eles." Mas a equação não é tão simples. Apostas comerciais de 2006, como Trair *e Cocar É Só Começar* ou *Casse-i e Planeta 2,* ficaram muito aquém das mbições. Estagnados na faixa dos 500 lil espectadores, não ganharão o distintivo de *blockbuster*.

Leitão pondera que decepções fazem arte do negócio e pinça outra justificaiva. "O banco investe em cinema desde 995. Desde então, 10% dos projetos poiados não chegaram ao público porue não foram exibidos ou, simplesmente, não foram feitos."

Veio desse dado a preferência por filmes que já tivessem recursos e acordos de distribuição. "Pensar no filme como produto é uma obrigação. Os incentivos fiscais geraram uma certa desvinculação do resultado e isso precisa ser corrigido", acrescenta Leitão.

> "É até natural que a cada concurso algum grupo se sinta desfavorecido", afirma Senna



EM SOCORRO. Desenho da Turma da Mônica, do mesmo produtor de Xuxa e Didi, ganhou R$ 1 milhão do banco

Outro fato que torna significativo o prêmio do BNDES é que, na edição de 2005, a grita surgiu por razões opostas às atuais. Produtores historicamente beneficiados pelo banco, como Luiz Carlos Barreto e Paulo Thiago, atacaram violentamente o MinC após saber que não estavam entre os escolhidos. A época, o jornal O Gíobo chegou a escrever em editorial que o governo queria "punir o sucesso" - agora premiado. Também este ano, o concurso da Petrobras também foi acusado de favorecer o Rio de Janeiro, dada a desproporção regional do resultado.

As queixas sempre existirão ou o balançar de ânimos é sinal de que o governo não conseguiu decidir para que lado ir? "Não existem filmes brasileiros feitos sem recursos governamentais. Então é até natural que a cada concurso algum grupo se sinta desfavorecido", apazigua Orlando Senna, secretário do Audiovisual, do MinC.

"Na última edição do BNDES houve críticas por terem sido premiados filmes demasiadamente autorais. Este ano, foi porque ganharam filmes de vocação mais comercial. Se vêm críticas de um lado e de outro, demonstra-se que há uma tentativa de equilíbrio", arrisca o secretário. "É um desenho complexo porque estamos falando de comércio e de atendimento às necessidades culturais."

Rememorando os principais cabos-de-guerra em que o MinC se envolveu, como o episódio da Ancinav (agência que pretendia regulamentar o setor audiovisual), as regras mais claras para o financiamento vindo de estatais e o caráter "cultural" de certos editais, Senna avalia que a correção de rumos terminou bem. "No início, diziam que tendíamos ao cinema mais 'pobre' e até a uma certa politização das escolhas. Acho que está mais do que provado que isso não foi assim."

Sobre as acusações de autoritarismo, stalinismo e outros "ismos" que recaíram sobre a Ancinav, Senna, dois anos depois do barulho, vê como positivo o resultado da confusão. "A Ancinav levou a questão do audiovisual para o governo com outra perspectiva. Antes, tudo era feito intramuros. O resto do governo e a mídia não tratavam do assunto", observa. "O que esta administração fez foi dar nova dimensão pública ao tema e elevar a atividade ao nível de atividade estratégica."

A frase de Senna, curiosamente, encontra eco em plagas que, em 2002, se sentiam apartadas do programa do governo. "Aos poucos, o ministério foi abrindo espaço para quem tem um perfil mais comercial", atesta Diler Trindade, que tem feito de cinco a seis filmes anualmente, todos de pegada popular.

Esta é a primeira vez que Trindade ganha um prêmio nesse valor. O 1 milhão de reais vindo do BNDES se somará aos 3 milhões de reais já conseguidos na Buena Vista Internacional para o desenho animado A Turma da Mônica *em uma Aventura* no *Tempo*. "Esse dinheiro foi fundamental. Estou sustentando a produção com empréstimos bancários."

Os filmes da Xuxa, que chegaram a fazer 5 milhões de espectadores no início dos anos 90, hoje ficam abaixo dos 2 milhões. "Um filme da Xuxa que vá muito bem deixa como lucro uns 400 mil reais", diz Diler, justificando a necessidade de recursos públicos mesmo' para filmes apoiados pela Globo e pelas majors.

André Sturm, presidente do Sindicato da Indústria Cinematográfica do Estado de São Paulo e um dos que se opuseram ao resultado do BNDES em 2005, também contabiliza como positiva a política dos editais. Mas pondera: "Enquanto o cinema depender exclusivamente de incentivos, sempre haverá distorções. Nós precisaríamos, por exemplo, encontrar caminhos para exibição que não fosse só as salas de cinema. A televisão e o DVD são o espaço adequado para certos tipos de filme".

O resultado do BNDES, como se vê, é mero sintoma da complexidade do mais agitado setor do MinC, o Audiovisual. Um projeto de lei já encaminhado ao Congresso e uma nova linha de financiamento do BNDES são algumas das alternativas apontadas para o futuro. Ainda assim, no primeiro ano do novo mandato de Lula, é certo que ganhadores e perdedores deste último concurso voltarão a se trombar em corridas pela pela verba das estatais. •

FABIO POZZEBOM/ABR

SALDO. Senna, do MinC, diz que o audiovisual ganhou status de atividade estratégica. Para Leitão, o BNDES ajuda a estruturar a indústria

Fonte: Carta Capital, ano 13, n. 419, p. 64-65, 15 nov. 2006.